

QUEM ESTAVA SABENDO QUE VIVÍAMOS "INDEXADOS"? BEM OU MAL, SIM, ESTÁVAMOS INDEXADOS E NEM SABÍAMOS. MAS O F.M.I. SABIA E ANDAVA PREOCUPADO COM ESSE MAL EPIDÊMICO.

O QUE É A INDEXAÇÃO.

Já faz quase vinte anos que, para compensar uma insustentável inflação, os nossos governantes passaram a "indexar" a economia. O que eles, lá fora, chamam de "indexação", a gente aqui chamava prosaicamente correção ou reajuste. Correção monetária, reajuste salarial, reajuste dos aluguéis, etc. O princípio era fazer com que a cada aumento do custo de vida ou da inflação correspondesse uma correção, um reajuste proporcional dos salários, dos depósitos nas Cadernetas de Poupança, mas também de aluguéis, das prestações mensais da casa própria, do valor dos empréstimos e das parcelas de reembolso do crédito. Esses aumentos não seriam necessariamente iguais, quer dizer, de 100%, mas seriam medidas por um certo índice. Basicamente, os reajustes obedeceram até agora a dois mecanismos: o da variação do conhecido INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e o do valor da ORTN (Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional). O INPC é calculado a partir dos preços de um conjunto ponderado de itens do consumo, em dez metrópoles do país. Os aumentos de cada item têm um impacto ou peso diferente, conforme sua importância relativa no consumo do cidadão padrão.

A variação do INPC ao longo do semestre, por exemplo, serve de base para os reajustes semestrais dos salários, com um atraso, entretanto, de dois meses. Os reajustes de junho têm por base a variação dos seis meses findos em abril, serve também de base para reajuste dos aluguéis residenciais, mas geralmente, sem essa defasagem de dois meses.

A título de curiosidade: de março de 1979 a maio de 1983, o INPC cresceu mais de 16 vezes. Logicamente seu salário deveria ter crescido 16 vezes. Faça seu cálculo e confira!

O valor da ORTN, por sua vez, depende da inflação, e determina a correção monetária. Esta se mede pela variação do valor da ORTN, que repercute assim sobre o valor da UPC (Unidade Padrão de Capital), e portanto sobre as prestações da casa própria. A variação da ORTN determina também o reajuste dos aluguéis comerciais e industriais. A correção monetária determina também

o rendimento da caderneta de poupança. Estamos, portanto, indexados. E isso salva cada um de nós da total falência, que resultaria da constante inflação que corroe o nosso poder aquisitivo.

FOLHA DE S. PAULO

50 — ILUSTRADA — Sábado, 18 de junho de 1983

Luiz Gê

Salários terão
achatamento,
já em agosto



E AGORA, PORQUE QUERIAM NOS DESINDEXAR?

O FMI resolveu que o governo brasileiro devia desistir de sua prática paternalista que consiste em conceder subsídios a determinados produtos que, sem esses subsídios, sairiam muito caros para a população, como é o caso dos derivados do petróleo, do trigo e do açúcar. O FMI acredita apenas na lei do mercado, na lei da demanda e da oferta que caracteriza o liberalismo econômico. O FMI, portanto, impõe ao governo o corte dos subsídios, que tem por consequência o aumento dos preços dos produtos anteriormente subsidiados. Se fosse feito de uma vez, o preço da gasolina subiria 150%, o do pão 140%, o do açúcar

Figueiredo considerou que o povo não resistiria ao choque e resolveu acabar com os subsídios não lenta, mas gradual e progressivamente: os derivados de petróleo como gasolina, diesel e gás de cozinha foram aumentados apenas de 45% em média... Ora, subindo os preços dos três itens supra mencionados, sobe o custo de vida, sobe o INPC que o mede e sobe a inflação. Tudo bem. Mas, via INPC, sobem também os salários - e isso soa muito mal aos ouvidos dos gestores da área econômica e dos empresários.

Com a inflação, sobe o valor da ORTN e portanto a taxa de correção monetária, os aluguéis comerciais, as parcelas da casa própria, a remuneração nominal dos depósitos das cadernetas de poupanças.

E ascende a espiral inflacionária.

O FMI tem uma solução muito simples para esse "efeito perverso": DESINDEXAR! Vamos desindexar o que tínhamos indexado. Sobre o preço do pão, mas não sobem os salários; sobe a gasolina mas não sobem os nossos vencimentos. Genial! Delfin gostou da idéia. Mas Ludwig e Leitão não viram graça nisso, por causa da "questão psico-social", isto é, por causa da reação popular. Não se vai desindexar; mas a troika econômica tem alternativa: expurgar.

O Pato

CIÇA



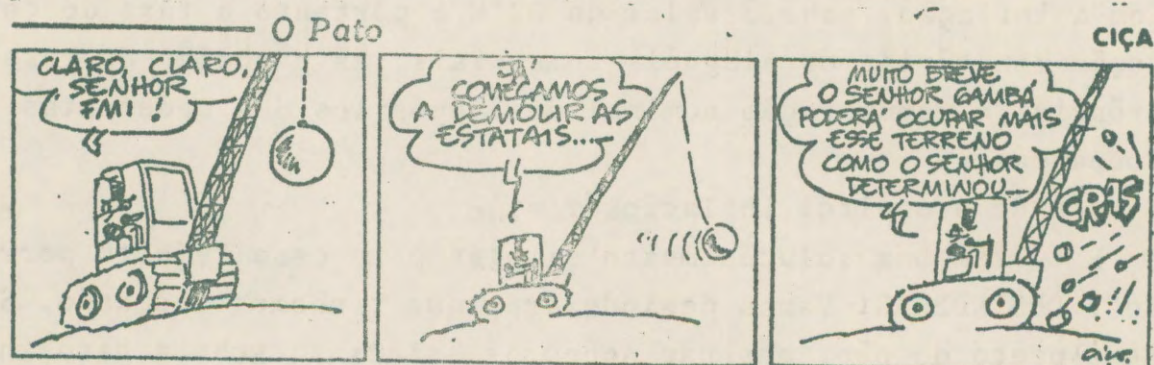
POR QUE NÃO EXPURGAR?

Expurgar, expulsar, expropriar, exterminar. Todos esses EX doem - mas o povo já se acostumou...

Pelo menos é o que parecem pensar os tecnocratas.

O expurgo não elimina o princípio da indexação; altera os índices... O IBGE faz de conta que não houve corte de subsídios e que os preços do pão, do açúcar, da gasolina ficaram os mesmos. Como se diz, são aumentos "acidentais". (Não seria melhor dizer: desastrosos? Pois trata-se mais de desastre do que de a-

cidente!) Abrir-se-ia um parênteses no funcionamento da indexação. Como não haveria aumento de salários correspondentes aos aumentos dos preços, a população passaria simplesmente a consumir menos pão, menos açúcar, menos gasolina, menos gás. Psico-socialmente, o expurgo total e de uma vez só não seria viável. Será parcelado. O que levou os assessores do Delfin a dizerem que o "Pacote" se transformou em vulgar embrulho. Tentando desviar atenções do expurgo, claro!



LIMITE DE REMUNERAÇÃO MENSAL

O FMI anda muito preocupado com os gastos do setor público brasileiro. O Estado faz gastos excessivos, supérfluos. Isso todos nós já sabíamos e nos deixava também um pouco preocupados - mas não tínhamos como acabar. Bem que tínhamos algumas idéias a respeito, tais como: cortar as mordomias dos ministros, senadores e deputados e de altos funcionários; acabar com o luxo das residências oficiais e das repartições públicas; desistir dos projetos faraônicos e acabar de vez com as despesas do complexo de segurança nacional. Entre outras coisas. Faz tempo que estamos repetindo essas coisas...

Mas a ortodoxia capitalista vive com a obsessão dos custos salariais. O mal supremo para o capital é a elevação dos salários, e o remédio universal é a contenção salarial. Nisso se resume toda a filosofia do Projeto de Decreto-Lei que "estabelece limite de remuneração mensal para os servidores, empregados e dirigentes" do serviço público federal.

O FMI ficou abismado com as remunerações que atribuem a si mesmos os dirigentes ou conselheiros das empresas estatais e

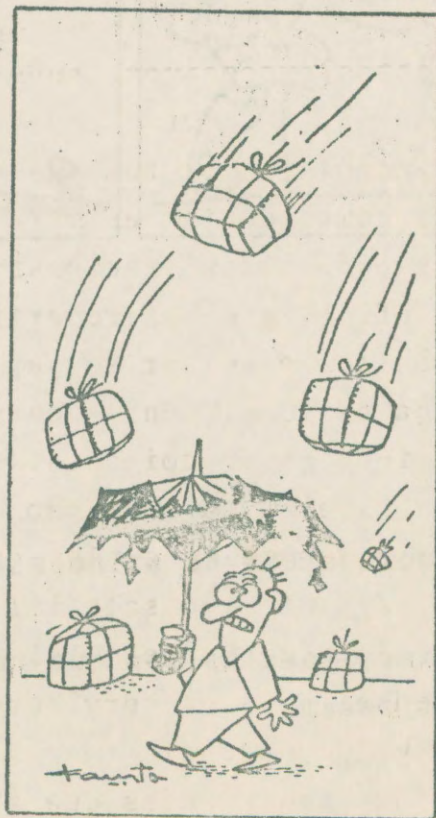
as diversas formas de complementação inventadas pela criatividade dos burocratas. Para nós, é conversa de clubes e de reuniões sociais e objeto de piadas. Vão se tornar mais uma piada os nada menos de sete longos artigos do projeto dedicados a regulamentar as mordomias dos dirigentes, pois representam muito pouco diante da criatividade em proveito próprio desses dirigentes.

Para nós - funcionários públicos das Universidades Federais - importa saber em que nos afetará o Decreto-Lei, se for assinado pelo Presidente.

O Artigo 10 do Decreto-Lei determina que os servidores não poderão receber mais de 13 salários, incluindo a gratificação de Natal - nada, pois, do chamado "14º Salário". Ficam vedadas as gratificações periódicas pagas a qualquer título. Com isso ficam eliminadas as gratificações concedidas pelo Decreto de reestruturação da carreira do Magistério.

FOLHA DE S. PAULO

4 — NACIONAL — POLÍTICA — Terça-feira, 14 de junho de 1983



O Artigo 11º suspende, até posterior decisão governamental, aumentos de vantagens, promoções e acessos. Susta, portanto, a progressão horizontal ou vertical: até posterior deliberação, quem é auxiliar permanecerá auxiliar; quem é assistente 1 continuará assistente 1, etc. A conquista do mestrado ou do doutorado não modificará o salário. Quem está na espera de concurso para titular pode recolher seus livros, e abandonar sua tese. E o que será da complementação por dedicação exclusiva?... Preparemo-nos. Estão aí os aumentos do pão, do açúcar, da gasolina, mas não virão os correspondentes aumentos salariais - e vai diminuir sua renda. Já tinha imaginado? Fez seus cálculos?

Voce comprou apartamento, casa, carro, a prestação? Vai dizer ao seu credor que tenha paciência, que o governo não lhe deu sua promoção e lhe cortou as vantagens?

Voce vai ficar de braços cruzados? Ou vai tirar férias e tentar esquecer?



COMO NOS FAZER OUVIR?

A dívida externa do Brasil subiu a US\$ 88 bilhões (setenta trilhões de cruzeiros!).

O FMI está no país para puxar a orelha dos que não colaboram para pagar a dívida que não fizeram.

O Presidente dorme muito mal. E o povo não tem alternativa a não ser dormir para esquecer a fome.

Entretanto, há alguma novidade no país. "Desde 1964" - observa a revista "Senhor" - "é a primeira vez que a tecnocracia cede terreno para apressão política, e o Palácio do Planalto ouve ' os tecnocratas mas não decide de acordo com eles". Os assessores da Presidência da República perceberam a generalizada insatisfação dos brasileiros.

E há gente que duvida da oportunidade de se fazer greve...

Como nos faremos ouvir, então?

4 - 1º Caderno - **A Província do Pará** - Belém - Quarta-feira, 15 de junho de 1983

